

Análise Preliminar da Cobertura de Saúde no Jornal O Popular, Rádio CBN Goiânia e TV Anhanguera¹

Kalyne MENEZES²
Claudomilson F. BRAGA³
Universidade Federal de Goiás, UFG, GO

RESUMO

Este artigo trata da cobertura jornalística sobre saúde, mais especificamente os serviços públicos de saúde, e analisa como e de que maneira o Sistema Único de Saúde (SUS) é retratado pela imprensa em Goiânia. O estudo é parte de uma pesquisa de mestrado e apresenta resultados preliminares do jornal O Popular, Rádio CBN e TV Anhanguera, veículos de comunicação de Goiânia pertencentes à mesma empresa de comunicação (Organização Jaime Câmara). O objetivo é verificar quais temas são discutidos e como os serviços de saúde gerenciados pela capital aparecem na mídia.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, saúde, mídia, SUS.

1. INTRODUÇÃO

A cobertura de saúde, mais especificamente do Sistema Único de Saúde (SUS), requer uma atenção especial como objeto de estudo, frente à diversidade de assuntos que compõem o sistema e a produção descontextualizada de muitas notícias e matérias. Muitas vezes, a sensação que fica ao ler matérias jornalísticas é que a mídia não tem oferecido uma contribuição eficaz em relação à saúde pública, não discutindo mais enfaticamente questões norteadoras para a melhoria da situação sanitária brasileira.

O que se percebe, em grande parte das coberturas midiáticas, é um pouco conhecimento do SUS e de seu funcionamento, especificamente no que diz respeito ao

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Este artigo é parte integrante da pesquisa de mestrado em comunicação.

² Jornalista graduada pela Universidade Federal de Goiás, UFG, e especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing pela mesma instituição. Mestranda em Comunicação, linha Mídia e Cidadania, UFG, email: mskalyne@gmail.com.

³ Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Fernando Pessoa. Porto/Portugal. Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC Goiás. Professor da Pós-Graduação em Comunicação (Especialização / Mestrado) da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia e Coordenador do Curso de Comunicação Social - Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás – UFG, e-mail: milsonprof@gmail.com.

atendimento. Isso é refletido em diversas matérias que se concentram em casos isolados de usuários e não informam – por desconhecimento, falta de informação ou de compreensão – os fluxos de atendimento.

Os jornais locais em Goiânia mostram, muitas vezes, a saúde como um produto, um serviço a ser utilizado, esquecendo-se de todos os fatos, contextos e situações que interferem na saúde coletiva. Mesmo que noticiem investimentos na área e ações de prevenção (como as da vigilância em saúde), o peso negativo das notícias sobre assistência médica evidenciam a visão do SUS apenas como serviço, na medida em que, nesse sentido, a imprensa noticia e cobra soluções pautadas em casos individuais.

Matérias positivas também são encontradas nos jornais, mas, na prática, a sensação que se tem ao ler um conjunto de notícias sobre o SUS é que o sistema, apesar de ter apenas 26 anos, não é priorizado pela mídia, justamente por ser público. Isso pode significar que existe uma desvalorização dos serviços públicos de saúde em detrimento de um mercado de sistemas privados de saúde, por isso a mídia reforça esse sucateamento do sistema.

Este artigo é parte de um estudo em comunicação e saúde, desenvolvido no âmbito do mestrado acadêmico, e apresenta resultados preliminares das notícias de saúde de maio de junho de 2014 veiculadas no jornal O Popular, Rádio CBN e TV Anhanguera. Os três veículos de comunicação pertencem à Organização Jaime Câmara e foram escolhidos por serem semelhantes em linha editorial, pois possuem os atributos e valores-notícia da empresa a qual integram. A pesquisa pretende investigar como e de que maneira as notícias sobre o SUS aparecem nesses veículos.

Ressaltamos que as notícias selecionadas referem-se aos serviços do SUS gerenciados pela capital, logo, administrados pela Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Na coleta de dados foram consideradas notícias, notas, reportagens, editorial e, em menor quantidade, textos opinativos (artigo e carta do leitor), consideraram-se apenas assuntos diretamente relacionados à gestão do SUS pela Secretaria de Saúde de Goiânia. Para a análise não foram consideradas matérias sobre bem-estar (nutrição, comportamento e outras) nem assuntos relativos à gestão estadual do SUS, que não tenham relação com o gerenciamento municipal dos serviços.

2. COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

A cobertura de saúde na imprensa leva em consideração os contextos de produção de notícia, a lógica capitalista dos veículos de comunicação e os públicos da empresa jornalística. Dentro dessa cobertura, o assunto saúde ganha destaque, pois atende tanto aos requisitos comerciais da empresa de obter audiência quanto de conquistar público – e conseqüentemente lucro -, pois saúde é um tema que perpassa em todas as classes sociais e também envolve interesses políticos e econômicos, tendo uma ampla repercussão social e fazendo parte permanentemente da agenda midiática.

Moura e Ferrari (2009) explicam que o jornalismo em saúde é uma prática do jornalismo científico, que busca popularizar a ciência, divulgar novos procedimentos, abordar a questão da tecnologia aplicada à saúde e orientar à população sobre os assuntos de saúde. Além disso, a cobertura jornalística de saúde é caracterizada por um apelo emocional, que vai muito além de apenas divulgar inovações na área. As matérias são utilizadas, na maioria das vezes, com um viés sensacionalista, a fim de provocar uma comoção social.

A cobertura mais freqüente sobre saúde está mais associada a propagar resultados de pesquisas científicas e descobertas de tratamentos médicos. Os temas das matérias vão de obesidade, estética, hipertensão e colesterol à depressão. Nessas “matérias de saúde”, os textos, em geral, expõem dramas pessoais, fazendo apelo emocional e trazem a solução terapêutica como esperança, felicidade, capaz de elevar a auto-estima e a qualidade de vida (BUENO, 2005). A abordagem citada reforça a associação da saúde a produtos e serviços à venda. São raras as reportagens que abordam o tema de forma informativa e melhor contextualizada, voltada para o cidadão, como a prevenção de doenças e o debate sobre a melhoria das condições de vida da população. (MOURA e FERRARI, 2007, p. 5-6)

Azevedo (2009) destaca que o assunto saúde/doença ocupa os espaços dos periódicos de notícia desde o surgimento da imprensa, atingindo seu apogeu entre os anos 1980 e 1990. Segundo a autora, a história do jornalismo na área da saúde é confundida com a própria história do jornalismo, onde no século XX as ciências passaram a ter mais relevância social.

Ferrareto e Morigi (2004) destacam que a divulgação na imprensa de matérias sobre a saúde é um papel fundamental no acesso do indivíduo aos seus direitos. Os jornais favorecem o próprio direito à informação e, por meio da informação, guia o cidadão no acesso à saúde. Segundo os autores, “o acesso à saúde, assim como às informações sobre ela, fazem parte, portanto, dos direitos sociais, constituindo-se em fator de construção da cidadania” (2004, p. 03).

A circulação da informação se dá em diferentes níveis numa sociedade, mas é nos meios de comunicação que a informação chega a todos esses níveis e atinge um maior número de pessoas. Ferrareto e Morigi (2004) falam da comunicação como instrumento de consolidação da cidadania. Na cobertura de saúde, como apontam, caberia aos meios de comunicação uma abordagem plural, múltipla, que evidenciasse os diferentes pontos de vista e munisse o cidadão do máximo de informação para que, dessa maneira, ele pudesse acessar os seus direitos sociais e, mais ainda, também cobrar do poder público políticas e ações para a sociedade.

Discorrendo sobre os estudos de Martini (2000), Ferrareto e Morigi (2004) apontam a circulação e a espetacularização da notícia como problemas graves, pois a função de entreter o público e vender é superior à função de informar. Para vender, os jornais recorrem a uma mídia sensacionalista, que usa da comoção para atrair o público. Casos individuais, muitas vezes, são projetados na imprensa como “modelos” de casos que acontecem em toda a sociedade, como consequência de problemas públicos, estruturais, políticos e sociais, compondo uma narrativa sensacionalista focada no individual.

Também é importante destacar o papel da mídia em fazer com que o público *sinta*. Como explica Alsina (2009), o discurso midiático não está interessado apenas em informar, mas em fazer o público sentir, para assim, por meio das notícias sensacionalistas e cheias de emoção, conquistar o público e a audiência. “Os jornais sensacionalistas estão mais alicerçados nas emoções do que na transmissão desse saber aos seus leitores”, afirma Alsina (2009, p. 49).

Tendo como foco os estudos dos estereótipos na mídia, Pereira (2005) coloca que em qualquer representação midiática, os meios de comunicação destacam, muitas vezes, o que consideram típico, característico, rotineiro e estendem tais aspectos a todo um grupo que é representado. Nesse sentido, podemos afirmar que a imprensa pode fazer o mesmo em relação às representações de saúde e do SUS, objeto desse estudo. Tendo como eixo a representação de casos isolados, a mídia reproduz e estende a realidade de alguns casos para todo o sistema de saúde brasileiro.

Os meios de comunicação não podem ser vistos como uma janela aberta para o mundo, onde a realidade é mostrada sem mediação alguma. As pessoas e os fatos mostrados costumam ser reais – exceção para os casos onde ocorrem manipulações -, mas existe uma seleção do material a ser reproduzida nas telas, nas rádios, nos jornais, nas revistas etc. uma seleção que atende a uma série de critérios: interesses da notícia, familiaridade do receptor,

convenções, costumes, valor de entretenimento, entre outras, e que não ocorrem sem algum prejuízo para a informação ou a imagem veiculadas. (PEREIRA, 2005, p. 82).

Bueno (*sd*) atenta para o fato de que o leitor em saúde é bombardeado por um número muito alto de notícias e reportagens “soltas”, muitas vezes sem ligação e que, se pudessem ser vistas em conjunto, afirma o autor, poderiam até mesmo revelar contradições na própria cobertura jornalística. Essa disfunção narcotizante provocada pela informação excessiva é fragmentada, impossibilitando, muitas vezes, um conhecimento da realidade dentro de um contexto e, logicamente, interferência desse contexto.

Outro ponto a destacar é o foco na doença, desconsiderando o conceito amplo de saúde. Ao fazer isso, o jornalista comumente dá à notícia de saúde um caráter fatalista, desviando “a atenção da ausência de políticas de saúde, deixando de entender o processo pelo qual se criam condições para a emergência de epidemias ou para o retorno de velhas enfermidades” (BUENO, *sd*). Assim, a imprensa é cada vez mais pautada em patologias, deixando de lado que essas são fruto da falta de infraestrutura, de profissionais bem capacitados, da falta de saneamento básico, da medicina como um mercado que tem como interesse o lucro, dos *lobbys* entre indústrias farmacêuticas e profissionais de saúde que favorecem a medicamentação da vida ao invés de uma prevenção e cuidados simples no cotidiano.

Ao concentrarem o foco na doença, estas matérias não permitem a elaboração de uma proposta informativa que privilegie a prevenção, a educação para a saúde e o debate sobre as condições econômicas e sócio-culturais que podem conduzir a uma melhor qualidade de vida. [...] A “espetacularização” da notícia de saúde fantasia a realidade e, ao invés de promover a confiança no talento humano, alimenta, a médio prazo, a desesperança, ao mesmo tempo que desinforma, estimula o consumo inconsequente de medicamentos e desarma os espíritos para a importância da prevenção. (BUENO, *sd*)

Azevedo (2009), em seus estudos, argumenta que autores como Hijmans *et al* (2003) e Clark & Ilman (2006) analisaram o espaço do assunto saúde nos jornais e constataram que as notícias são superficiais. Em parte, isso ocorre em função do próprio espaço físico do jornal, que pode limitar o assunto à seção de ciência e tecnologia, o que não favorece explicações detalhadas em algumas reportagens. Por outro lado, o assunto tem ganhado destaque nos suplementos semanais, ocupando lugar de destaque em grandes jornais internacionais.

Azevedo (2009) coloca que uma notícia pode ser veiculada não porque é importante, mas porque a maioria a considera importante. Assim, na cobertura jornalística, de acordo com a teoria do silêncio já citada anteriormente, o indivíduo aceita os conteúdos sugeridos para não correr o risco de se sentir excluído da sua comunidade. Em saúde, não é porque um assunto não está exposto na mídia que ele não existe ou é menos relevante, mas apenas que não recebe atenção da imprensa como outros temas.

Neto (2001) reforça que cabe ao trabalho jornalístico apresentar um “cardápio inteligível” de notícias, para que o leitor tenha conhecimento sobre o que acontece no mundo, já que ele não assimila todos os conteúdos. Cada fato levado ao leitor tem um lugar no plano jornalístico e, ressalta Neto (2001), nem por isso significa que o leitor detém a compreensão ou a essência do fato narrado.

Kuscinsky (2002) assinala que as coberturas jornalísticas de saúde e, especialmente, a respeito da saúde coletiva, também são reflexo de um problema geral na cobertura da imprensa como um todo: o caráter de mercadoria da notícia. Para Kuscinsky, na área da saúde isso é ainda mais perceptível, pois o processo de “espetacularização, simplificação, reducionismo, estereotipia, elitismo temático e instrumentalização ideológica”, entre outros processos, pode ser facilmente observado nas notícias.

A cobertura da saúde não escapa desse padrão, com duas agravantes: a crescente mercantilização da própria saúde na era neoliberal e a falha clássica, tradicional, que é a não abordagem pelo jornalismo, assim como pela própria medicina, dos processos sociais de produção da doença e das neuroses, tratando apenas das manifestações desse processo. (KUSCINSKY, 2002, p. 95)

Esse processo é intensificado pelo enquadramento da notícia, já explanado anteriormente. Os jornalistas procuram médicos, especialistas ou autoridades em saúde área legitimar uma ideia preexistente, um discurso já construído pela própria mídia. Como explica Kuscinsky (2002), essa atitude dos jornalistas pode explicar o porquê da mídia não ouvir os movimentos populares de saúde, os trabalhadores, os enfermeiros, os conselhos locais de saúde. O foco da notícia se volta para as fontes oficiais já instituídas e os usuários, para uma cobertura apelativa. Esse é um dos conflitos entre a mídia e os trabalhadores da área de saúde.

Os jornalistas também são elitistas na escolha dos assuntos, como consequência de um processo de produção social da notícia que vai além da escolha do jornalista (KUSCINSKY, 2002). Alguns assuntos como tuberculose e malária não são populares na mídia, a não ser se forem causa de um surto ou um ineditismo. Predominam assuntos relacionados á beleza, corpo, alimentação. O autor é ainda mais rigoroso quando trata do assunto, enfatizando que há predominância de reportagens voltadas para uma elite e por essa razão a cobertura foca nas doenças e assuntos de saúde voltados para esse público. Não por acaso multiplicam-se as reportagens sobre a saúde pessoal dos mais ricos.

Revistas como a Veja produzem capas de saúde regularmente, porque são as capas que vendem, na concepção de mercado que eles têm; mesmo quando está caindo um World Trade Center, eles fazem questão de a cada três ou quatro edições dar uma capa de saúde. São capas que vendem. Então nós vemos que há uma espécie dum turbinamento: a saúde é vendida como mercadoria e, portanto, na mídia ela é mais mercadoria ainda, é dupla-mercadoria porque tem que ser muito mercadológica a forma como é apresentada, a forma como é tratada. (KUSCINSKY, 2002, p. 97)

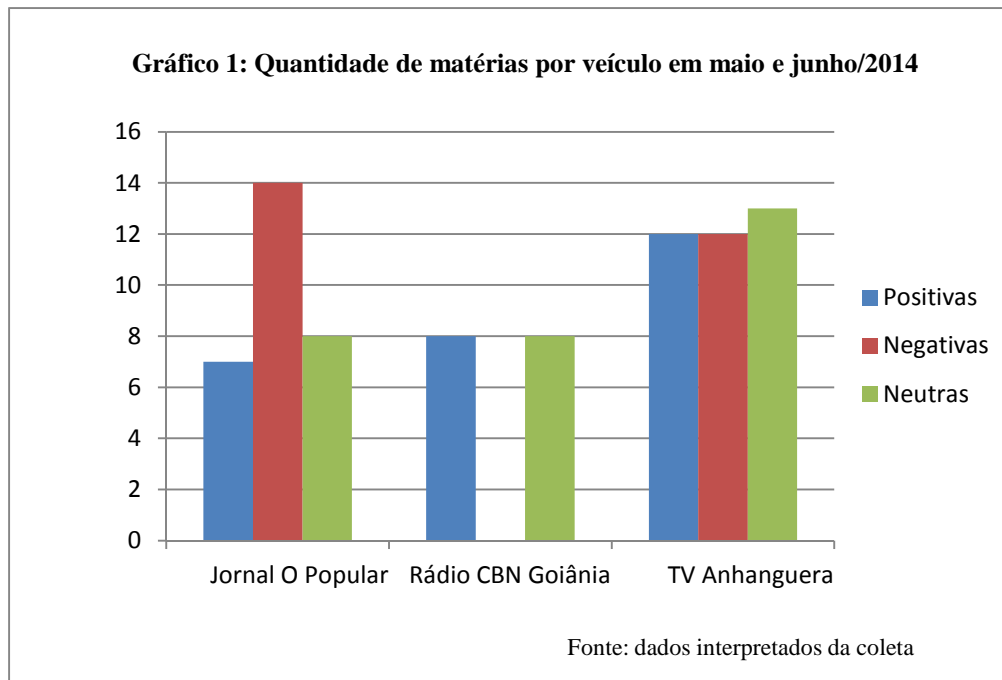
O jornalismo atual, de modo geral, não trabalha com o conhecimento (KUSCINSKY, 2002), pois os profissionais de imprensa estão sempre atrás de uma notícia nova, diferente, o que contribui para um não envolvimento com o assunto. Na área de saúde, isso é percebido pela ideologia do não conhecimento. Segundo Kuscinsky, faz parte do imaginário do jornalista que, quanto menos ele se envolver com o assunto, mais estará apto a fazer uma cobertura sem influências e um pouco distante da sua subjetividade.

Para o autor, isso é uma perda, pois além de interferir negativamente na coleta de informação, no levantamento de dados, mostra que é recorrente um jornalista que cobre a mesma área sempre estar totalmente desinformado sobre o assunto que cobre. Na saúde – SUS - é rotineiro, é necessário que os especialistas sempre expliquem e repitam até mesmo conceitos-chaves, como atenção básica, cirurgias eletivas e exames de alta complexidade.

1. A SAÚDE NA MÍDIA

Nos meses de maio e junho de 2014 o assunto saúde totalizou 82 matérias nos três veículos analisados – jornal o Popular, Rádio CBN Goiânia e TV Anhanguera. Em média pode-se dizer que diariamente foram veiculadas nesses veículos mais de uma

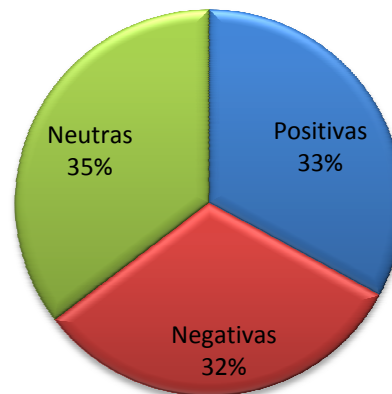
matéria, sendo possível afirmar facilmente de que a saúde, além de ter um espaço relevante na mídia, ultrapassa a lógica do agendamento midiático, pois se trata de um conteúdo *rotineiro*, muitas vezes divulgado para preencher espaço e chamar atenção nos jornais.



A linguagem utilizada é simples, no entanto, em assuntos como regulação, as informações tratam de assuntos técnicos e responsabilidades que, aparentemente, vão além da compreensão do leitor e, em parte, do entendimento total do jornalista que produz o conteúdo, na medida em que ele noticia uma realidade que é mais complexa e profunda do que a enunciada.

Equilibradamente, as matérias do jornal, rádio e TV apresentam em média o mesmo percentual de matérias positivas, negativas e neutra, no período citado. Entretanto, os assuntos negativos têm um maior peso informativo, pois geralmente são dramáticos e mais pesados do que a divulgação da agenda positiva. É interessante observar que nesses dois meses de análise a Rádio CBN Goiânia não divulgou nenhum conteúdo negativo, enquanto o jornal impresso lidera a quantidade de matérias negativas sobre o SUS.

Gráfico 2: enfoque total das matérias em maio e junho de 2014 nos três veículos analisados.



Fonte: dados interpretados da coleta.

Vacinação e Influenza

Em maio e junho, tanto a vacinação contra a Influenza (gripe) como as mortes causadas pelo vírus foram amplamente divulgadas. O enfoque da maioria das notícias é considerado neutro, em relação ao SUS, pois as pessoas com vírus tiveram o acompanhamento necessário e devida assistência em saúde. Houveram três mortes do Estado (matéria dia 13/5), o jornal cita que uma das pessoas que morreram já chegou ao Cais com sintomas graves da doença. A imunização contra gripe foi ofertada aos grupos de risco, com prorrogação no período de vacinação nas unidades municipais de saúde.

A Secretaria de Saúde de Goiânia também realizou vacinação em pontos estratégicos da capital, incluindo o aeroporto de Goiânia e associações de hotéis e de taxistas, para imunizar trabalhadores em contato com turistas que vieram ao Brasil para assistir os jogos da Copa do Mundo. Outro destaque foi a campanha de suplementação de vitamina A, para crianças menores de cinco anos.

A falta de vacinas nas redes públicas e privadas teve destaque na mídia. Segundo a imprensa, o número de doses do Ministério da Saúde foi reduzido por diversas razões, dentre elas uma reforma no Instituto Butantan, que produz a vacina contra tétano. Goiânia está sem algumas vacinas há 4 meses, a Secretaria Municipal de Saúde tem feito algumas medidas de contenção e distribuição de vacinas, dentre elas ter estoque de determinadas doses para casos especiais e fazer vacinação por agendamento.

Mais Médicos

O Programa Mais Médicos foi destaque no jornal O Popular, não apareceu nenhuma matéria sobre esse assunto na Rádio CBN e na TV Anhanguera em maio e junho. Apesar da chamada de capa anunciar dois lados do programa, a matéria é positiva por mostrar que o Mais Médicos colocou fim à rotatividade de profissionais nas unidades de saúde. Em todo o estado trabalham 459 médicos pelo programa, em Goiânia são 53 médicos que suprem a demanda em unidades de saúde que tinham dificuldade em fixar o profissional⁴.

Na matéria aparecem como fontes de notícia a coordenação de Atenção Primária (básica) de Goiânia, enfermeiras de unidade de saúde e médica do programa que trabalha no Centro de Saúde da Família do Conjunto Vera Cruz 1. O repórter, que acompanhou uma visita da equipe de Saúde da Família, destaca a atenção dos profissionais de saúde com os pacientes. Uma frase que chama atenção é que a médica do Mais Médicos “cumpre uma jornada inovadora para a sua recente trajetória profissional”, o que mostra a responsabilidade e a competência do programa.

Outras frases e expressões agregam valor a essa iniciativa do Ministério da Saúde também chamam atenção do leitor, como “durante mais de duas horas a médica esteve atenta à saúde do casal” e a médica “desenha nas caixinhas de medicamentos uma lua e estrela u um sol. Esta foi a forma que encontrou para explicar ao casal de analfabetos qual remédio deve ser tomado à noite e qual é o do dia”, revelando um atendimento cuidadoso, integral e diferenciado.

Também foi abordada na matéria a falta de estrutura de alguns postos de saúde (apontado pelo Sindicato dos Médicos de Goiás) e a dificuldade de encaminhar pacientes. Há desistências no Programa, em Goiânia as razões foram residência médica, totalizando 18 médicos desistentes. Apesar desses pontos, o peso da matéria é positivo, principalmente pelo destaque maior dado ao atendimento médico e à receptividade dos pacientes do SUS. Como falas contrárias, aparecem sindicatos profissionais.

Outra matéria do mesmo assunto enfatizou que com o *Mais Médicos* o número de consultas cresceu 15,4%, conforme dados do Ministério da Saúde. Com o programa o Ministério da Saúde atendeu 100% da demanda por médicos solicitada em todo o estado, atendendo cerca de 1,5 milhões de goianos.

⁴ Dados da matéria do jornal O Popular do dia 8/5/2014.

Déficit de médicos

Falta de médicos é outro assunto relevante no jornal, rádio e televisão. Apesar da Secretaria de Saúde de Goiânia ter 152 vagas abertas para contratação, a maioria para plantões de finais de semana, não há interesse dos profissionais nas unidades de saúde do SUS. Uma das justificativas para o problema, segundo o sindicato dos médicos, é a falta de estrutura das unidades de saúde, onde muitas vezes o médico é pressionado e, no contexto de estrutura, falta de vigilância em saúde e deficiência de equipamentos e insumos, o profissional acaba abandonando o emprego.

A falta de atendimento está relacionada à ausência de médicos na própria matéria, que ilustra uma das unidades de saúde do município que ao invés de três plantonistas possuía apenas um no dia que a equipe de reportagem visitou o local. Os pacientes eram encaminhados para outras unidades; apenas os casos mais urgentes e com risco de morte eram atendidos.

A culpa do problema, geralmente, é colocada para a Secretaria Municipal de Saúde e para o SUS por falta de estrutura e de equipamento, no entanto, como não há vínculo empregatício e o regime de plantão remunera apenas pelos dias trabalhados, há carência do profissional nas unidades. Do déficit de 152 médicos nas unidades municipais de saúde, 103 são nas urgências e emergências.

Ainda no mesmo tema, a pediatria é tema dada a falta de especialistas tanto no SUS como na rede privada de saúde. Em Goiânia, alguns casos de procura por especialistas foram retratados em todos os veículos de comunicação. Apesar de ser a terceira especialidade com maior número de profissionais registrados em Goiás, de acordo com o Conselho Regional de Medicina de Goiás, uma das razões para a falta de atendimento nessa área é a baixa remuneração, o valor da consulta é menor que as outras especialidades porque não realiza procedimentos cirúrgicos ou intervenções mais complexas. A pediatria é a especialidade com maior dificuldade de contratação.

As cartas de leitor sobre a situação da pediatria também são duras, chegando a classificar a lógica do atendimento na área (rede pública e privada de saúde) como “sistema desumano”, pois mesmo que haja consulta básica no caso de cirurgias os encaminhamentos podem demorar muito. Um dado de uma das cartas de leitor revela que Goiânia provavelmente é a única capital que ainda não tem um hospital da rede pública para atendimento exclusivo em pediatria em todas as especialidades clínicas e cirúrgicas da área.

Em uma das matérias, a TV Anhanguera afirma que a Secretaria de Saúde de Goiânia admite a deficiência de profissionais pediatras na rede e informa que os demais profissionais (urgências) são capacitados para atender as crianças, os pais são orientados a procurarem a rede ambulatorial (para consultas em casos que não são urgentes). A TV também aponta possíveis fraudes de pontos de profissionais do setor.

Mesmo com o enfoque negativo nas matérias sobre pediatria, uma das notícias da TV Anhanguera é positiva. O veículo divulgou um dado da Secretaria de Saúde de Goiânia de que sobram consultas pediátricas na rede. Em 2013 sobraram 27 mil vagas para consultas em pediatria pelo SUS na rede municipal, e até maio de 2014 mais quinze mil consultas com pediatras. Essa sobra de vagas é reflexo da maioria dos pais procurarem as urgências e emergências das unidades de saúde para atendimento dos filhos, ao invés de marcarem consultas regularmente na pediatria.

Na mesma temática, aparecem notícias sobre atendimento do Centro de referência em Fisioterapia e Ortopedia (Crof), realizado com auxílio da luz de um aparelho de celular em decorrência de problemas na rede elétrica. Na matéria há espaço para falar da falta de médicos, afirmando que faltaram profissionais durante o dia e por isso o atendimento noturno ficou sobrecarregado.

Regulação

Um assunto de bastante relevância envolve o Hospital de urgências de Goiânia (Hugo), sob responsabilidade da secretaria estadual, e a Central de Regulação de Goiânia, a cargo da secretaria municipal. A matéria enfoca o Hugo dizendo que 48% dos atendimentos do hospital não são regulados, ou seja, não são encaminhados por outras secretarias e chegam espontaneamente na unidade, dificultando e desordenando o fluxo de atendimento. O diretor do Hugo joga a culpa da lotação e dificuldade de atendimento do hospital na falta de regulação e na deficiência da atenção básica de saúde, afirmando que a população tem desconfiança do atendimento das unidades municipais de saúde, como Cais e Ciams.

Entretanto, o diretor da central municipal de regulação rebate as acusações e afirma que o Hugo é um hospital de porta aberta (que recebe demanda espontânea) e que recebe repasse mensal do SUS no valor de R\$ 300 mil justamente para esse tipo de atendimento. O diretor enfatiza ainda que a maior prova do esforço da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia em evitar a sobrecarga do Hugo foi manter 11 Cais e

Ciams funcionando 24 horas sem nenhum adicional financeiro por isso, além da criação do Crof, unidade especializada em atendimento ortopédico e de fisioterapia. O diretor ainda acrescenta que Goiânia e outros municípios da região metropolitana arcam com o ônus financeiro e político, abrindo serviços.

Atendimento

Apesar de todos os assuntos envolverem a temática *atendimento*, escolhemos essa subdivisão para falar de tópicos gerais não relacionados aos demais assuntos já expostos aqui. Dentre esses, investimento na saúde apareceu em uma nota no jornal o Popular, informando que o Hospital e Maternidade Dona Iris receberia 1 milhão de reais por mês do Ministério da Saúde para a manutenção dos serviços, e que a dengue teria um investimento federal de 19 milhões de reais.

Com relação à maternidade Dona Iris, foram destaque na mídia os testes do olho e do coraçãozinho, além do método-canguru, que foi assunto de uma matéria de capa, escrita com muita sensibilidade pela repórter. Os assuntos referem-se a atendimentos humanizados à criança e às mães, cujo Hospital e Maternidade Dona Iris é referência no Estado.

A maternidade também aparece em uma matéria de televisão como unidade de suporte para outros municípios, como Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade. O prefeito afirma que parte da superlotação do Hospital e Maternidade Dona Iris se deve à demanda de outros municípios, que encaminham as gestantes para a maternidade. Os demais municípios não assumem esse encaminhamento, afirmando que só o fazem em casos muito graves. A rádio CBN afirma, em matéria, que j foi liberada a verba para construção de uma nova maternidade municipal, que ficará na região oeste de Goiânia e também vai suprir a demanda para esse atendimento.

Dengue foi capa de um jornal, com a informação de que o número de casos subiu em maio em relação ao mesmo período do ano passado. A matéria é positiva, considerando que mesmo com o aumento Goiânia registra menos casos da doença do que em 2013, ano da maior epidemia na capital. O assunto também apareceu na Rádio CBN, com uma reportagem sobre cuidados e prevenção da dengue.

A greve dos profissionais de saúde rendeu muitas pautas nos três veículos de comunicação. O movimento faz parte de uma greve geral da prefeitura, em que demais órgãos participam, mas a saúde teve destaque especial por estar diretamente ligada ao

atendimento nas unidades. A reivindicação dos grevistas é salarial, como um reflexo da contenção de gastos da prefeitura, que passa por uma crise financeira generalizada.

Outras notícias sobre a greve, em junho, relatam que os usuários do SUS não sentiram o impacto da greve e, também, que o Tribunal de Justiça determinou a volta de 80% dos serviços e dos servidores de saúde, sob pena de multa diária de cinco mil reais ao sindicato.

Médicos protestam no Cais da Vila Nova e ganham manchetes. Os profissionais pedem melhorias nas condições de trabalho, reclamam da falta de servidores efetivos, falta de insumos e aparelhos de raio-x e eletro digital quebrados. Os pacientes entrevistados se queixam do atendimento.

Outros assuntos

Os demais assuntos abordam a inauguração de uma nova unidade da Farmácia Popular, da suspensão de um pregão da Secretaria Municipal de Saúde, do parto de uma mulher em um posto policial, que contou com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal e do Serviço Móvel de urgência (Samu), o caso teve muita repercussão na imprensa local. Além disso, ações de prevenção e combate à leishmaniose foram divulgadas, lembrando que em 2011 Goiânia registrou o primeiro caso da doença em cães.

Um artigo de opinião aborda o SUS de maneira positiva, falando da competência profissional e do desafio da saúde pública. Com o título “O SUS pelo prisma da equidade”, o artigo ressalta os trabalhadores da saúde que se esforçam para fazer o SUS funcionar como seu projeto inicial, como uma instituição de atendimento universal e democrático. Uma nota do secretário municipal de Saúde, Fernando Machado, elogia o jornalista Gilberto Pereira pelo artigo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo de saúde em Goiânia é pautado por uma cobertura que tende a ser mais negativa, mesmo com o enfoque equilibrado nas matérias analisadas e discutidas neste artigo. O negativo, no jornalismo, é uma característica importante e presente em grande parte das notícias, pois é um dos motivos que chamam atenção do público e contribuem para a audiência. Entretanto, o que se percebe nas matérias analisadas, é a cobertura de alguns acontecimentos de maneira superficial, como o assunto *regulação*, um tema complexo e de muita profundidade e viés políticos, inclusive, quando notamos

a “disputa” entre Estado e município. Nesse sentido, muitas vezes a cobertura de saúde peca por não ter um repórter que estenda desse assunto especializado, braço do jornalismo científico, com mais profundidade, a fim de e explicar traduzir melhor os fluxos, termos e processos para o público.

Outro ponto importante é a característica dos veículos analisados. O jornal impresso O Popular dispara em matérias negativas, enquanto a Rádio CBN Goiânia divulgou somente conteúdos positivos e neutros. O rádio tem um perfil mais próximo do público do Sistema Único de Saúde e talvez por isso tenha um tom noticioso mais voltado para matérias de serviço e informação aos usuários do sistema. Essa hipótese requer um outro estudo mais específico, quem sabe muito em breve.

5. REFERÊNCIAS

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. São Paulo: Vozes, 2009.

BUENO, W. C. **A cobertura de saúde na mídia brasileira: sintomas de uma doença anunciada**. Disponível em:
www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_saude/artigo3.php. Acesso em 20/03/2014.

FERRARI, A. P. & MOURA, D. O. **Consumo, cidadania e direito à saúde - a imprensa e o cidadão quando o assunto é o risco sanitário**. Revista Interin, volume 8, n. 2, 2009. Disponível em www.interin.utp.br/index.php/vol11/issue/view/9. acesso em 20/04/2014.

MORIGLI, V. J.; FERRARETTO, E. K. **A Cobertura Jornalística da Área da Saúde e a Promoção da Cidadania: um Estudo em Jornais de Porto Alegre – RS**. In: Congresso Brasileiro De Ciências da Comunicação, 2004. São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=42994. Acesso em 22/04/2014.

NETO, L. R. S. **Jornalismo e desinformação**. 2ª edição rev. Atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

PEREIRA, T. A. C. Os estereótipos nos meios de comunicação. In: SILVA, R. S. **Discursos simbólicos da mídia**, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KUSCINSKY, B. **Jornalismo e saúde na era neoliberal**. Revista Saúde e Sociedade, V.11 No 1, jan-jul/2002, p. 95-103. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 21/04/2014.